

Prévia do resultado primário do governo central de julho de 2017

Daniel Veloso Couri¹ e Gabriel Leal de Barros²

Após déficit de R\$ 19,8 bilhões em junho, resultado primário do governo central deverá mostrar novo e expressivo déficit em julho, em torno de R\$ 19 bilhões. A despeito da redução de despesas (queda de 4,7%), puxada pelo recuo em subsídios e gastos discricionários, as receitas devem apresentar desempenho abaixo do verificado em julho de 2016 (queda de 4,8%), notadamente as administradas pela Receita Federal (queda de 3,0%). Em doze meses, o déficit primário do governo central deverá ficar em R\$ 180,6 bilhões, acima, portanto, da meta fiscal para 2017. O resultado não altera, contudo, nossa projeção de R\$ 156,2 bilhões de déficit para 2017.

O governo central deverá registrar déficit primário em torno de R\$ 19 bilhões, em julho, segundo dados preliminares extraídos do sistema Siga Brasil³, do Senado Federal. A presente nota dá continuidade ao exercício realizado para o resultado de junho, conforme publicado na Nota Técnica nº 4, que antecipou com os números daquele mês com importante aderência. O Siga Brasil, sistema disponibilizado pelo Senado, constitui base essencial para avaliação do quadro fiscal e orçamentário brasileiro.

A receita primária, líquida de transferências a Estados e Municípios, deverá ter queda real da ordem de 4,8% em relação a julho de 2016, influenciada, basicamente, pelo desempenho das receitas administradas pela Receita Federal, com decréscimo real de cerca de 3,0%. O peso da atividade econômica – ainda em recuperação incipiente – é importante para explicar essa dinâmica.

As receitas administradas, por sua vez, devem ser influenciadas pela arrecadação de Cofins e CSLL, ambas com recuo importante no mês, frente a julho do ano passado (de 12% e 20%, respectivamente). A arrecadação de IPI deve registrar crescimento real próximo a 25% em relação a julho de 2016. Esse desempenho explica-se especialmente pela indústria automotiva (cujo recolhimento de IPI cresceu 90% em relação a julho de 2016), conforme dados mais recentes de atividade para o setor.

As despesas primárias deverão apresentar queda real de 4,7% em relação a julho de 2016. Esse resultado ocorre a despeito da trajetória de alta dos principais itens do gasto primário da União – Previdência Social e Pessoal. As despesas com previdência devem ter aumento real em julho da ordem de 6,5%, em relação ao mesmo mês de 2016, enquanto os gastos com funcionalismo devem crescer 9%.

Por outro lado, as despesas com subsídios e subvenções deverão mostrar queda de 22,4%, no mês, sob influência da redução do Programa de Sustentação do Investimento – PSI, cujas despesas passaram de R\$ 5,2 bilhões, em julho de 2016, para R\$ 3,5 bilhões em julho de 2017 (queda de 32,6%).

Também deve haver importante recuo nas despesas discricionárias, com destaque para os investimentos do PAC, reduzidos à metade do observado em julho de 2016. O recuo do gasto primário, na comparação com o ano anterior, decorre ainda do pagamento atípico, em julho de 2016, de auxílio financeiro ao estado do Rio de Janeiro (de R\$ 2,9 bilhões), sem correspondência neste ano.

No acumulado do ano, o déficit primário deverá atingir o montante de R\$ 75 bilhões, contra déficit de R\$ 57,5 bilhões em igual período de 2016. Em doze meses, o déficit do governo central alcançará R\$ 180,6 bilhões, bem acima da atual meta de déficit, de R\$ 139 bilhões⁴, mas ainda impactado pela aceleração do gasto observada na segunda metade de 2016. Para

¹ Analista da IFI.

² Diretor-adjunto da IFI.

³ Os dados fiscais primários foram extraídos, majoritariamente, do Siga Brasil, cuja fonte primária é o Siafi. O critério para se aferir a despesa paga, nesse caso, é o do “valor pago”, distinto do utilizado pela STN no Resultado do Tesouro Nacional (“pagamento efetivo”). Isso ajuda a explicar eventuais discrepâncias entre os dados da IFI e os publicados pela STN ao final de cada mês.

⁴ Embora a LDO 2017 fixe a meta de déficit de R\$ 139 bilhões, o Executivo já considera um déficit maior para o ano, de R\$ 159 bilhões, conforme proposta anunciada no dia 15 de agosto.

o ano, seguimos com projeção de R\$ 156,2 bilhões para o déficit primário do governo central, conforme publicamos no Relatório de Acompanhamento Fiscal (RAF) de agosto⁵.

RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL - JULHO (R\$ bi, preços de jul/17)*

Item	Julho (R\$ bilhões)			
	2016	2017	Var.	Var. %
Receita Total (A)	110,8	108,8	-2,0	-1,8
Administrada pela RFB	69,0	66,9	-2,1	-3,0
Previdenciária	28,2	28,6	0,4	1,3
Não Administrada pela RFB	13,6	13,3	-0,3	-2,2
Transferências a Estados e Municípios (B)	16,5	19,0	2,5	15,3
Receita Líquida (A-B)	94,3	89,8	-4,5	-4,8
Despesa Total	114,1	108,7	-5,3	-4,7
Pessoal	25,4	27,6	2,3	8,9
Previdência Social	40,4	43,0	2,6	6,5
Abono e Seguro	5,0	4,4	-0,7	-13,4
Assistência Social	4,2	4,5	0,3	6,7
Subsídios e subvenções	9,4	7,3	-2,1	-22,4
Outras despesas obrigatórias	7,1	4,0	-3,1	-43,9
Discricionárias	22,5	17,9	-4,6	-20,5
Resultado Primário	-19,7	-18,9	0,8	4,1

Fonte: Siga Brasil. Elaboração: IFI. * Dados preliminares.

⁵ Veja aqui a íntegra do RAF de agosto – http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/530905/RAF_07_2017.pdf